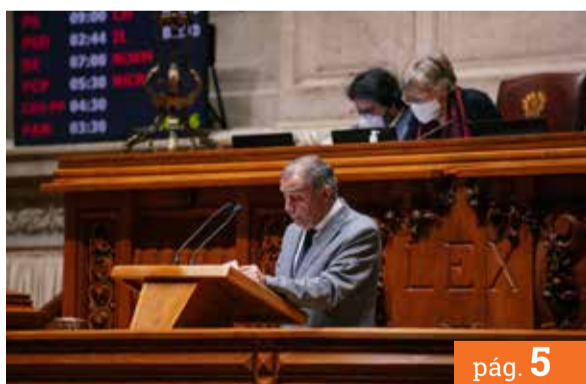


## GOVERNO DEVERIA “RENUNCIAR AOS GANHOS FISCAIS EXTRAORDINÁRIOS” NOS COMBUSTÍVEIS

No debate que antecede o próximo Conselho Europeu, Rui Rio considerou que, no plano nacional, para minimizar o impacto decorrente da guerra na Ucrânia, assim como da aplicação de sanções económicas à Rússia, o Governo deve “tomar as medidas corretas”, nomeadamente reduzir, na exata proporção, os impostos sobre os produtos petrolíferos



pág. 5

### PARLAMENTO

#### MILHARES DE EMIGRANTES NÃO RECEBERAM O BOLETIM DE VOTO

No debate com a ministra da Administração Interna, José Silvano salientou que “os eleitores portugueses residentes no estrangeiro não são cidadãos de segunda” e que “o seu voto merece todo o nosso respeito”



pág. 6

### LOCAIS

#### “O PSD É A FORÇA MAIS REPRESENTATIVA DE BRAGA”

O PSD de Braga retomou os habituais plenários concelhios, promovendo o debate aberto entre militantes do partido



pág. 10

### REGIONAIS

#### SITUAÇÃO “PREOCUPANTE” NO TRANSPORTE MARÍTIMO EM SANTA MARIA

O transporte marítimo de mercadorias na ilha de Santa Maria prejudica empresários e comerciantes

# GOVERNO DEVERIA “RENUNCIAR AOS GANHOS FISCAIS EXTRAORDINÁRIOS DA SUBIDA DO PREÇO DO PETRÓLEO”



No debate que antecede o próximo Conselho Europeu, na terça-feira, 22 de março de 2002, no Parlamento, Rui Rio considerou que, no plano nacional, para minimizar o impacto decorrente da guerra na Ucrânia, assim como da aplicação de sanções económicas à Rússia, o Governo deve “tomar as medidas corretas”.

Concretamente, Rui Rio defende que o Executivo português deveria “renunciar aos ganhos fiscais extraordinários que a subida do preço do petróleo está a fazer”. “Ao ainda não ter baixado nessa exata proporção os impostos sobre os combustíveis – que, desde 2016, por sua responsabilidade, sofreram um enorme aumento – o Governo está a originar um descontentamento popular, que, em nada, contribui para o empenho dos portugueses no seu apoio às sanções económicas aos agressores”, alertou.

O líder do PSD lembra, também, que o Orçamento do Estado em vigor foi elaborado, em finais de 2020, com o preço do crude em cerca de metade dos valores da sua atual cotação. “É, pois, de elementar justiça que a carga fiscal baixe para o nível de receita inicialmente previsto. Mais do que isso, não é justo nem é adequado aos objetivos políticos e económicos que, neste momento, Portugal e a Europa devem prosseguir”, assinalou.

Rui Rio reitera que o PSD concorda “com o Conselho Europeu em matérias como a construção de uma verdadeira Política de Defesa Comum e o consequente reforço das suas dotações orçamentais, a eliminação da dependência energética relativamente à Rússia ou a necessidade de autossuficiência europeia em matéria alimentar”.

“As sanções económicas, o apoio militar e social à Ucrânia, o confisco sobre os oligarcas russos, o apoio aos refugiados, assim como o isolamento da Rússia a todos os níveis – e não apenas no que é mais mediático – tem de ser uma realidade cada vez mais forte e mais evidente. As sanções económicas à Rússia têm, naturalmente, um efeito boomerang. Aos que hoje exigem as sanções mais pesadas, mas que amanhã não se vão coibir de entrar em contradição, contestando os seus efeitos, temos de explicar que este é o preço indispensável que temos de pagar pela nossa segurança futura, pela defesa da liberdade e pela solidariedade com quem tanto está a sofrer”, acrescentou.

O líder do PSD condena a tragédia humana do conflito: “milhares de ucranianos e russos mortos, e um sofrimento desumano para milhões de pessoas”, pelo que “a Europa tem de dar a resposta mais eficaz e mais inteligente que estiver ao seu alcance”.

Rui Rio sublinha que “a guerra que a Rússia desencadeou não é só uma ação beligerante contra a Ucrânia”, mas é também “uma guerra contra os valores da liberdade, da democracia, da autodeterminação dos povos e da livre cooperação entre nações”, uma agressão “contra a Europa, contra a NATO, contra todo o mundo civilizado”.

Ainda no quadro europeu, Rui Rio apelou à necessidade de preservar “o projeto que nasceu para a preservação da paz, da liberdade e da concórdia”. “Um projeto que se revê, mais do que nunca, na famosa frase, daquele que é a mais absoluta antítese de Vladimir Putin, o líder indiano, Mahatma Gandhi: ‘Conheço muitas razões pelas quais morreria, mas não conheço nenhuma pela qual mataria’”, concluiu.

DIRETAS

# CANDIDATURAS A PRESIDENTE DO PSD DEVEM SER SUBSCRITAS POR UM MÍNIMO DE 1.500 MILITANTES



A eleição do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD realiza-se no dia 28 de maio de 2022, entre as 14 e as 20 horas, e é convocada, em simultâneo, com a eleição dos delegados ao 40.º Congresso Nacional. O Presidente da CPN é eleito pelos militantes do Partido, com capacidade eleitoral ativa, por sufrágio universal, direto, secreto e com voto nominativo. A data-limite para pagamento de quotas para inclusão nos cadernos eleitorais é: o dia 3 de maio de 2022 para pagamentos por vale postal; e o dia 10 de maio de 2022 para os demais meios de pagamento.

O pagamento de quotas obedece ao princípio da igualdade no tratamento dos militantes, sendo o sistema de pagamento de quotas e os meios de pagamento de quotas geridos pela Secretaria-Geral do Partido.

Os Serviços Centrais remetem os cadernos eleitorais em formato digital (.pdf) às secções através das Comissões Políticas Distritais, que os reenviam para os Presidentes de Mesa das Assembleias de Secção, em 16 de maio de 2022.

Os Serviços Centrais remetem as relações de militantes ativos em formato digital às candidaturas a Presidente da CPN em 16 de maio de 2022.

As candidaturas a Presidente da CPN devem ser subscritas por um mínimo de 1.500 militantes com capacidade eleitoral, só podendo cada militante subscrever uma única candidatura. Todas as declarações de subscrição ou intenções de candidatura devem conter os seguintes elementos obrigatórios: indicação da eleição, da data do ato eleitoral, do candidato a Presidente da CPN subscrito, nome completo do subscritor, número do documento de identificação civil do subscritor, número de militante do subscritor e assinatura conforme o documento de identificação civil do militante subscritor.

Só as candidaturas a Presidente da CPN poderão apresentar Proposta de Estratégia Global.

Para a eleição do Presidente da CPN as candidaturas e as Propostas de Estratégia Global devem ser entregues nos Serviços Centrais, na Rua de São Caetano, n.º 9, em Lisboa, endereçadas à Mesa do Congresso, até às 18 horas do dia 16 de maio de 2022, acompanhadas das assinaturas originais. As candidaturas a Presidente da CPN e as respetivas propostas de Estratégia Global deverão ser apresentadas em formato di-

gital e em papel. Serão publicadas no site oficial e no Povo Livre do dia 18 de maio de 2022. As candidaturas entregam também um orçamento de campanha até 16 de maio de 2022.

O 40.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata reúne em sessão ordinária, nos dias 1, 2 e 3 de julho, no Coliseu do Porto, sito na Rua de Passos Manuel 137, na cidade do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: ponto 1 - apresentação da Proposta de Estratégia Global; ponto 2 - apresentação das Propostas Temáticas; ponto 3 - discussão das propostas de estratégia global e temáticas; ponto 4 - votação das propostas de estratégia global e temáticas; ponto 5 - eleição dos órgãos nacionais; ponto 6 - sessão de encerramento e proclamação dos resultados.

Para mais informações, consulte o Regulamento e Cronograma da eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 40.º Congresso em <https://www.psd.pt/pt/eleicoes-diretas-40o-congresso>.



**HÉLDER SOUSA SILVA**

# PODE FALTAR DINHEIRO PARA SERVIÇOS BÁSICOS

*Com os aumentos que se verificam diariamente no preço dos combustíveis e outras fontes de energia, bem como com o descontrolado preço das matérias-primas “está em risco a saúde financeira das autarquias e a prestação de serviços com a mesma qualidade e diligência”.*

*O alerta é do Presidente dos Autarcas Social Democratas (ASD) que levou o assunto à última reunião da Comissão Política Nacional, tendo esta declaração sido partilhada por todos os autarcas presentes, quer de municípios, quer de freguesias. Constatou-se que há autarquias que já estão com quatro vezes mais custos no que respeita à energia elétrica.*

*Hélder Sousa Silva mostrou-se muito preocupado com os impactos dos aumentos de combustível, gás, energia elétrica, entre outros, pelo que teme que “a continuar esta subida de preços seja necessário cortar investimento previsto para 2022, de forma a suprir este acréscimo de despesas correntes”.*

*Para agravar a situação, regista-se ainda uma diminuição de receitas. O autarca, que exerce funções de presidente de Câmara Municipal em Mafra, deu o exemplo da sua autarquia: “no âmbito do urbanismo, o número de processos que entrou é menor que o ritmo anterior e, nos últimos dias, o número de licenças levantadas, o que implica o pagamento das taxas, é quase zero. Quer isto dizer que uma das principais fontes de receitas está a diminuir. Retirando todo o dinheiro para investimento, já não há folga para acomodar os aumentos que se verificam. Também os empreiteiros e os diversos prestadores de diferentes serviços estão a solicitar o reequilíbrio económico-financeiro dos contratos, face ao acréscimo dos vários custos de produção, entre os quais as matérias-primas, o gasóleo e a energia elétrica. E, neste caso, as autarquias não vão ter dinheiro para pagar, originando a paragem de obras e a diminuição da qualidade dos serviços”.*

*Por esse motivo, no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), da qual o Presidente dos ASD faz parte, foi pedida audiência com caráter de urgência ao Primeiro-Ministro. Já se falou até em alocar algum dinheiro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para estas situações. Para o Presidente dos ASD, a fazer algo, tem de ser agora, até porque “o Governo está a negociar em Bruxelas a redução do IVA”. E não se fala só no IVA da iluminação pública, pois há outros, como o dos combustíveis. O autarca reconhece que essas medidas terão impacto no Orçamento de Estado, “mas é preciso agir antes que as autarquias comecem a ter graves problemas económico-financeiros”, diz.*

*Os ASD consideram que estes constrangimentos não afetam apenas os municípios. As freguesias também estão confrontadas com as consequências da subida dos preços da energia nas suas tarefas diárias, acrescentando a dificuldade em conseguir fixar preços com os construtores para os trabalhos de manutenção e de melhoramento.*



## AMÉRICO DE SEQUEIRA (1932-2022)



Américo de Sequeira, antigo presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e deputado do PSD, eleito pelo distrito de Viana do Castelo à Assembleia da República, nas I e V legislaturas, faleceu no sábado, aos 90 anos.

“O Município de Arcos de Valdevez informa, com enorme pesar, o falecimento do antigo presidente da Câmara Municipal, Dr. Américo de Sequeira”, divulgou a página oficial da Câmara de Arcos de Valdevez no Facebook. A autarquia, liderada pelo social-democrata João Manuel Esteves, expressou à família o “seu profundo pesar e grande consternação pelo falecimento do Dr. Américo de Sequeira”.

Professor do ensino secundário de profissão, Américo de Sequeira ocupou diversas funções de grande responsabilidade política local e nacional. Foi presidente da Câmara Municipal durante três mandatos [entre 1982 e 1993] e presidente da Assembleia Municipal. Foi, igualmente, deputado à Assembleia da República.

Segundo a autarquia, Américo de Sequeira “liderou o município de Arcos de Valdevez, tendo dado um grande contributo para o desenvolvimento do concelho”.

“A sua partida é uma perda para Arcos de Valdevez”.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, lamentou a morte do antigo deputado do PSD e autarca de Arcos de Valdevez Américo de Sequeira, recordando “uma vida dedicada” ao Alto Minho. “Foi com pesar que o Presidente da República tomou conhecimento do falecimento do antigo deputado e antigo presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Américo de Sequeira, que desempenhou o mandato parlamentar ao longo de quatro legislaturas e o mandato autárquico por três vezes, tendo sido ainda presidente da assembleia municipal de Arcos de Valdevez”, refere uma nota publicada na página oficial da Presidência na Internet.

Marcelo Rebelo de Sousa endereçou condolências à família, aos amigos e ao município de Arcos de Valdevez, no distrito de Viana do Castelo. “Foi uma vida dedicada ao serviço público e em prol da comunidade do Alto Minho”, destacou o chefe de Estado.

Militante número 510, desde 8 de outubro de 1974, Américo de Sequeira nasceu em 1 de janeiro de 1932, foi presidente da Secção do PSD de Arcos de Valdevez, vice-Presidente da Distrital de Viana do Castelo do PSD, presidente da Mesa da Assembleia de Secção do PSD de Arcos de Valdevez e conselheiro nacional do PSD.

O Município de Arcos de Valdevez decretou dois dias de luto municipal pelo falecimento do ex-autarca.

JOSÉ SILVANO

# MILHARES DE EMIGRANTES NÃO RECEBERAM O BOLETIM DE VOTO



José Silvano denuncia que milhares de emigrantes não receberam o boletim de voto para poderem votar nas eleições legislativas. No debate com a ministra da Administração Interna, requerido pelo PSD após o Tribunal Constitucional ordenar a repetição o ato eleitoral no Círculo da Europa, o Secretário-Geral do PSD lamentou a demora no agendamento deste debate que visava evitar que se voltassem a registar novos problemas na votação.

Dirigindo-se à governante, José Silvano frisou que “os eleitores portugueses residentes no estrangeiro não são cidadãos de segunda” e que “o seu voto merece todo o nosso respeito”.

Como tal, adianta o social-democrata, na contagem dos votos que se realizou nos passados dias 8 e 9, os votos válidos dos emigrantes não poderiam ter sido misturados com os votos inválidos que não continham a fotocópia do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade. Criticando duramente todo o processo, o deputado declarou que o que se passou na contagem dos votos “ficará para os anais da história como dias trágicos para os emigrantes portugueses e para a democracia portuguesa.” “Foi uma vergonha nacional”, frisou.

Em relação ao Governo, José Silvano recordou que o Ministério da Administração Interna, nas ações de formação que deu aos membros das mesas, não foi capaz de lhes explicar o procedimento a adotar caso a fotocópia do documento de identificação civil do eleitor não estivesse contida no interior do envelope branco, não lhes tendo transmitido, de forma perentória, que a lei considera tais votos nulos. “Ao invés, o MAI preferiu insistir na afirmação de que as mesas eram soberanas para, nesses casos, decidirem como entendessem”, recordou.

A terminar, José Silvano sublinhou que “o PSD é, e continuará a ser, um partido empenhado em valorizar os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro e não desistirá de incrementar soluções legislativas que aumentem a sua participação eleitoral, ponderando mesmo a possibilidade de introdução do voto eletrónico, medida que resolveria definitivamente todos estes problemas.”



# “O PSD É A FORÇA MAIS REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE BRACARENSE”



O PSD Braga retomou na sexta-feira, 18 de março, os habituais plenários concelhios, promovendo o debate aberto entre militantes do partido que, depois de um interregno motivado pela decorrente situação pandémica, abordaram a nova maioria absoluta da coligação “Juntos por Braga” – prova de confiança demonstrada pelos bracarenses –, mas também os resultados das eleições legislativas. A situação dramática na Ucrânia foi inevitavelmente o tema da noite. João Granja, presidente da Comissão Política da Secção de Braga, lembrou ainda as vítimas da pandemia e alguns dos militantes do PSD entretanto falecidos.

Nesta reunião ordinária muito aguardada, começou por se destacar a intervenção de João Granja que sublinhou a terceira maioria absoluta conquistada pelo partido nas recentes eleições autárquicas.

“Tendo em conta todas as circunstâncias, julgo que termos alcançado uma terceira maioria consecutiva pelo PSD e pela Coligação é motivo de grande orgulho. É um voto de confiança inequívoco dos bracarenses depositado no projeto liderado por Ricardo Rio, que está à frente – de forma exemplar – dos destinos do Município”, disse, manifestando um especial agradecimento a Ricardo Rio pelo árduo trabalho que o edil bracarense tem protagonizado.

No enalço dos resultados das eleições legislativas, João Granja sublinhou a importante eleição do deputado Firmino Marques, não escondendo que “a nível nacional os resultados que o PSD ambicionava eram outros”.

“Em Braga, a campanha correu bastante bem, com uma grande receptividade por parte das pessoas e das instituições às nossas ações que contaram com um grande empenho do nosso candidato Firmino Marques, que continuará a defender os interesses dos portugueses e dos bracarenses em especial”, disse.

Já Ricardo Rio, a propósito das eleições autárquicas, começou por agradecer “a todos os candidatos aos órgãos municipais” que “permitiram ao PSD ter uma grande vitória”. Para o presidente da câmara, este é um resultado que advém de muito trabalho.

“Esta garantia de uma governação estável na Câmara Municipal e o excelente trabalho dos representantes da Coligação na Assembleia Municipal vêm dar sequência a um ciclo, nos últimos vinte anos, de afirmação e de representatividade do partido na sociedade. Hoje, ao contrário do que acontecia há 20 anos, o PSD é a força mais representativa da sociedade bracarense”.

O conflito na Ucrânia marcou o plenário concelhio, com a Comissão Política a propor um Voto de solidariedade pela Ucrânia e, por sua vez, a Juventude Social Democrata de Braga a propor um Voto de Condenação pela invasão russa. Ambos os votos foram aprovados por unanimidade.

“O PSD é e sempre foi um partido humanista, incondicionalmente favorável à promoção da paz mundial e do desarmamento geral e universal, como se lia no seu original programa de 1974”, proferiu João Marques, líder dos sociais-democratas na Assembleia Municipal Braga, apelando “ao fim do conflito... que está, sobretudo, nas mãos da Rússia e, mais especificamente, do seu presidente. A retirada das forças russas do território soberano da Ucrânia é uma condição essencial para a pacificação das relações com a Ucrânia e o estabelecimento das condições mínimas para a progressiva normalização das relações diplomáticas, económicas e institucionais com a Rússia”, disse.

Num momento emotivo, os sociais-democratas fizeram um minuto de silêncio pelas vítimas na Ucrânia. Numa noite longa, houve ainda tempo para a aprovação das contas referentes a 2021 e orçamento para 2022 da Secção de Braga do PSD.

## SECA

# MUNICÍPIO DE GOUVEIA APOIA PRODUTORES DE GADO NA AQUISIÇÃO DE RAÇÕES

O município de Gouveia, no distrito da Guarda, vai disponibilizar 50 mil euros para ajudar os produtores de gado do concelho na aquisição de rações para os animais devido à seca.

A autarquia presidida por Luís Tadeu referiu, em comunicado enviado à agência Lusa, que aprovou um apoio de 50 mil euros para os produtores de gado do concelho "afetados pela seca extrema que o país está a atravessar".

A medida foi aprovada em reunião de Câmara, "reconhecendo a necessidade de salvaguardar produtores e criadores do concelho face à falta de alimento e pasto para animais".

"Preocupada com os cerca de 300 criadores de gado registados no concelho de Gouveia, a autarquia solicitou o número de explorações e efetivo animal existente no concelho, inquieta com as atuais circunstâncias socioeconómicas e entendendo como prioritário o apoio à manutenção dos empregos e manutenção da atividade agropecuária existente", lê-se na nota.

O presidente da Câmara Municipal de Gouveia, Luís Tadeu, citado no comunicado, referiu que a APROSE – Associação dos Pastores e Produtores do Queijo da Serra da Estrela "tinha feito sentir as dificuldades que os produtores e criadores de gado do concelho estavam a atravessar pela seca severa e falta de pasto para os animais".

"Os produtores têm recorrido às rações e à compra de feno para alimentar os animais e as dificuldades têm-se vindo a notar", referiu Luís Tadeu.

O autarca acrescentou que o problema da seca extrema, que conduz à falta de pasto, "tem ainda sido agudizada com o aumento de preço dos produtos agrícolas, criando uma tempestade perfeita para as pequenas unidades agropecuárias" do território.

"A autarquia de Gouveia, consciente das dificuldades que os criadores estão a atravessar, aprovou um protocolo com a APROSE que permitirá injetar 50 mil euros nas unidades produtivas locais".

A autarquia explicou que calculou as necessidades de alimentação dos animais por exploração e que vai atribuir um valor monetário para a compra de alimento para os animais detidos por cada produtor de pequenos e grandes ruminantes (caprinos, ovinos e bovinos).

"A aquisição das rações poderá ser efetuada nos comércios agrícolas do concelho", referiu.

Com esta medida, o município de Gouveia, situado na região da Serra da Estrela, pretende "salvaguardar o máximo de explorações agrícolas existentes, através da compra de rações", e "preservar o máximo de efetivo animal existente no concelho".

A Câmara Municipal de Gouveia agendou para os dias 2 e 3 de abril o Mercado do



Queijo, um certame que reunirá os produtores de leite e de queijo da Serra da Estrela do concelho, que são "particularmente afetados pela presente situação".

O concelho de Gouveia faz parte da região demarcada de produção do queijo Serra da Estrela, que também abrange os municípios de Carregal do Sal, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Mangualde, Manteigas, Nelas, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Seia, Aguiar da Beira, Arganil, Covilhã, Guarda, Tábua, Tondela, Trancoso e Viseu.

No final do mês de fevereiro, 66,2% de Portugal continental estava em seca extrema, 29,3% em seca severa e 4,5% em seca moderada, de acordo com o índice meteorológico de seca do Instituto português do Mar e da Atmosfera.

## BRAGA E BARCELOS JUNTAM VOZES PARA EXIGIR MAIS INVESTIMENTO PÚBLICO

Os municípios de Braga e Barcelos decidiram "estreitar laços de cooperação, para a concertação de posições em torno de matérias relevantes para o interesse regional.

Em comunicado, dia 17, os dois municípios referem que o objetivo é, desde logo, o reforço do investimento público no Minho nos próximos anos, em áreas centrais como a mobilidade, o acolhimento empresarial, a saúde e a valorização do património natural.

"Ninguém compreende que, atento o peso que estes territórios, tal como os da envolvente, têm para o crescimento económico do país, não tenham beneficiado de investimentos relevantes por parte do Estado central nos últimos anos e tenham sido esquecidos no desenho do Plano de Recuperação e Resiliência", sustentam.

De mote próprio, ambos os municípios pretendem reforçar as iniciativas conjuntas na esfera da captação de investimento, da descentralização cultural e do ordenamento do território, em sede dos processos em curso da revisão dos respetivos planos diretores municipais.

Por outro lado, propõem-se aproveitar as plataformas intermunicipais em que ambas as cidades se encontram inseridas para dar seguimento a projetos como a Ecovia do Cávado e o Serviço Intermunicipal de Transportes, ou para avaliar novas soluções infraestruturais de mobilidade no Quadrilátero Urbano, associação de municípios que integra ainda Vila Nova de Famalicão e Guimarães.

A primeira reunião de trabalho dos dois municípios juntou os presidentes de Câmara, ambos do PSD. Ricardo Rio (Braga) e Mário Constantino (Barcelos) vão instar o próximo Governo a assumir "uma postura mais condizente" com a promoção da coesão territorial e o desenvolvimento pleno do potencial do país, invocando a capacidade exportadora e a diversidade económica dos seus concelhos.

A esta reunião, seguir-se-ão reuniões temáticas entre os responsáveis dos diferentes pelouros, tendo em vista o desenvolvimento de projetos conjuntos nas diferentes áreas.

# MOGADOURO ASSEGURA CRECHES E INFANTÁRIOS A CERCA DE 100 CRIANÇAS DO CONCELHO



O município de Mogadouro, no distrito de Bragança, vai suportar as mensalidades pagas pelas famílias em infantários, creches ou amas sociais, uma medida que vai abranger entre 80 a 100 crianças.

“Consideramos que esta é uma das medidas mais importantes tomada por este executivo municipal, visto que vai contribuir para aliviar o orçamento mensal das famílias com filhos que frequentam creches, infantários, ATL, pré-escolar ou amas sociais no concelho de Mogadouro”, revelou António Pimentel.

De acordo com o autarca social-democrata, os principais objetivos desta medida são reduzir principalmente os custos económicos das famílias associadas à época do início do ano escolar e, ao mesmo tempo, reduzir as despesas associadas ao pagamento das mensalidades da creche, amas sociais, ensino pré-escolar e ATL.

Uma mensalidade em creche, a título de exemplo, poderá chegar aos 300 euros por mês, dependendo dos rendimentos do agregado familiar.

O regulamento que determina esta decisão, e que entra hoje em vigor, prevê que as famílias com crianças a frequentar estes serviços educacionais, depois de efetuarem o pagamento, terão de se deslocar aos serviços municipais para serem ressarcidos dos respetivos valores, consoante o respetivo escalão.

A dotação orçamental do programa objeto deste regulamento é anualmente definida no orçamento do município, e deverá ultrapassar os 12 mil euros por mês, beneficiando entre 80 a 100 crianças já a partir de abril.

“Trata-se de otimizar as políticas socioeducativas e as condições gerais da educação no território. É um investimento significativo, mas é o que provavelmente mais se reflete na economia das famílias devido a todos os constrangimentos provocados pela pandemia provocada pela covid-19 e agora com os efeitos colaterais da guerra na Ucrânia”, concretizou António Pimentel.

O regulamento de atribuição de apoios a creches, amas sociais, ensino pré-escolar e ATL foi publicado em Diário da República (DR) na sexta-feira, depois de ter sido aprovado em sede de executivo e na Assembleia Municipal, em 28 de fevereiro.

O regulamento poderá ser consultado na página oficial do município de Mogadouro na Internet ([www.mogadouro.pt](http://www.mogadouro.pt)). São abrangidos por esta medida os agregados familiares residentes no concelho de Mogadouro com dependentes a frequentar creches, amas sociais, ensino pré-escolar e ATL.



# EXCLUSÃO DE LEIRIA A CAPITAL DA CULTURA DEVE-SE AO PRESIDENTE DA CÂMARA

A Comissão Política do PSD de Leiria considera que o “fracasso” da candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura deve ser imputado ao presidente da Câmara Municipal.

Numa nota de imprensa, dia 21 de março, a “Comissão Política de Secção de Leiria do PSD lamenta a não passagem de Leiria à fase de seleção final a Capital Europeia da Cultura em 2027”.

Disse ainda entender “que o fracasso tem de ser imputado em primeiro lugar ao sr. presidente da câmara municipal de Leiria pelas opções estratégicas erradas que tomou”.

O PSD entende “que é hora de repensar a continuidade da ‘Rede Cultura 27’ tal como idealizada”.

Para os sociais-democratas, a “exclusão da candidatura de Leiria da fase de seleção final a Capital Europeia da Cultura em 2027, veio revelar o erro por uma opção estratégica que se disse ser diferenciadora, e à qual se apelidou ‘Rede Cultura 27’”.

“Com o chumbo de Leiria a Capital Europeia da Cultura ficou claro que a candidatura não correspondia aos objetivos gerais, específicos e operacionais de salvaguardar e promover a diversidade de culturas na Europa, realçar os aspetos comuns que partilham, aumentar o sentimento de pertença dos cidadãos a um espaço cultural comum e fomentar a contribuição da cultura para o desenvolvimento a longo prazo das cidades”, acrescentou.

Segundo um comunicado, a “candidatura de Leiria chumbou porque não correspondeu suficientemente aos critérios de atribuição e avaliação”. Ou seja, para o PSD, não houve “contribuição para a estratégia de longo prazo”, uma candidatura com “dimensão europeia”, nem se verificou “conteúdo cultural e artístico”, “capacidade de execução”, “alcance” e “gestão”.

“Nenhum leiriense pode estar feliz pelo fracasso. Não pode servir de consolação dizer que se vai continuar com o projeto mesmo sem o título de Capital Europeia da Cul-



tura. E o financiamento de onde vem?”, questionam os sociais-democratas.

A Comissão Política de Secção de Leiria do PSD entende que os leirienses “precisam de ser cabalmente informados de qual o valor total gasto pelo município de Leiria com esta fracassada candidatura, bem como da contribuição monetária de cada um dos municípios parceiros”.

O PSD agradeceu a “todas as pessoas e agentes culturais que colaboraram, acreditando num projeto que se veio a revelar insuficientemente estruturado”.

“A cultura em Leiria não deve ser corporizada em projetos megalómanos e não exequíveis. Não se deve cingir ao cir-

co mediático e propagandístico da Câmara Municipal de Leiria. O desenvolvimento cultural de Leiria deve ter por base primordial o seu território, das suas pessoas para as suas pessoas”, rematou o presidente da Comissão Política do PSD Leiria, José Augusto Santos.

As cidades de Ponta Delgada, Braga, Aveiro e Évora são as finalistas a Capital Europeia da Cultura em 2027. Estas quatro cidades foram escolhidas entre 12 municípios que apresentaram uma candidatura e passam para a fase final do processo de candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027. Foram submetidas candidaturas por Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Guarda, Leiria, Oeiras, Ponta Delgada, Viana do Castelo e Vila Real.

## CANTANHEDE REFORÇA INCENTIVO À NATALIDADE



A Câmara Municipal de Cantanhede decidiu reforçar a medida de apoio à natalidade e atribuiu às famílias o valor de 750 euros pelo nascimento do primeiro filho, valor não obrigatoriamente usado no comércio local.

De acordo com o novo Regulamento de Incentivo à Natalidade publicado em “Diário da República”, as famílias recebem pelo nascimento do primeiro filho 750 euros, pelo segundo filho 1.000, pelo terceiro filho 1.250 euros e pelo quarto filho recebem 1.500 euros.

Segundo a presidente do Município de Cantanhede, o anterior regulamento “atribuía 500 euros por cada criança” e uma das condições impostas era que “fossem residentes no concelho de Cantanhede e que as despesas que os pais pudessem fazer com a criança fossem feitas no comércio local”.

“O município e a ação social propuseram aqui alguns acertos relativamente aos procedimentos, porque às vezes podiam surgir aqui questões mais burocráticas, que podiam criar alguma injustiça na forma como as coisas decorriam”, disse à agência Lusa a presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Helena Teodósio.

A autarca deu o exemplo de determinados tipos de materiais necessários para as crianças que não se encontram à venda em Cantanhede. “Há determinados tipo de utensílios caros que quando uma criança nasce necessitam.

É desde o carrinho, às cadeiras, tudo isso que é necessário, portanto, é ir ao encontro dessa mesma necessidade”, sublinhou.

Apesar de o município querer incentivar o comércio local, a ideia foi tentar “sensibilizar as famílias nesse sentido, mas já não têm propriamente que o adquirir [material necessário] aqui [no concelho]”.

“Este acerto de verbas tem a ver com o aumento do custo de vida e também para haver mais conforto nas famílias ditas numerosas”, acrescentou a autarca.

# PSD ALERTA PARA SITUAÇÃO “PREOCUPANTE” NO TRANSPORTE MARÍTIMO DE MERCADORIAS EM SANTA MARIA



O PSD/Açores alertou para a situação “preocupante” desde “há alguns anos” no transporte marítimo de mercadorias em Santa Maria, com “constrangimentos” para empresários e comerciantes.

De acordo com uma nota de imprensa enviada pelo partido, o alerta surge num requerimento enviado à Assembleia Legislativa Regional pelo deputada social-democrata Elisa Sousa, que aponta para “as necessidades específicas de transporte marítimo de mercadorias da ilha de Santa Maria”.

No requerimento, a social-democrata relata que a atual situação “é preocupante e motiva constrangimentos, que se prolongam há alguns anos, afetando todos os marienses, especialmente os empresários e os comerciantes que não conseguem organizar os seus negócios por falta de um modelo de transporte marítimo de mercadorias que atenda às especificidades da ilha de Santa Maria”.

A deputada questiona o executivo regional, de coligação PSD/CDS-PP/PPM, sobre “as medidas a tomar para mitigar as carências herdadas da governação socialista e que subsistem”.

Elisa Sousa lembra a recomendação – aprovada pelo parlamento açoriano – “para que o Governo realize um estudo de viabilidade económica de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias, que contemple o transporte do continente para os Açores e a distribuição e transporte de carga interilhas”.

Nesse sentido, questiona o Governo Regional “sobre as diligências efetuadas nesse âmbito” e sobre “quando se prevê a conclusão daquele estudo”.

Elisa Sousa refere que “a ilha de Santa Maria é atualmente servida por uma operação interilhas (Ponta Delgada-Santa Maria-Ponta Delgada), duas vezes por semana, e por uma suposta ligação ao continente de 15 em 15 dias”.

Relativamente à operação interilhas, aponta que “de cada vez que a embarcação utilizada tem de ir para manutenção, Santa Maria deixa de ter transporte de carga de e para Ponta Delgada, ficando sem qualquer tipo de abastecimento”.

Já na ligação ao continente, “a situação é pior, pois a empresa que a executa não cumpre com qualquer tipo de regularidade, deixando os marienses à mercê de decisões de momento”, denuncia a parlamentar.

A deputada do PSD/Açores chama a atenção para “os constrangimentos” para os empresários e comerciantes de Santa Maria, alegando que “são situações gravosas” que se “agudizam quando a falta de regularidade do navio que realiza a operação intercontinental coincide com a ausência da embarcação” que faz o transporte interilhas.

Esta situação cria “carências de bens perecíveis e não perecíveis, inviabilizando a exportação de diversos produtos de pecuária, agricultura e pescas”, afirma ainda.

No requerimento, Elisa Sousa quer saber “qual a solução que o Governo pretende adotar sempre que se verificar a ausência de abastecimento por via marítima”.

# COLIGAÇÃO PROPÕE ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL NO SETOR AGRÍCOLA

Os partidos da Coligação que suporta o Governo dos Açores (PSD, CDS-PP e PPM) vão entregar no Parlamento uma iniciativa legislativa que recomenda ao Governo da República a isenção temporária de pagamento de contribuições para a Segurança Social no setor agrícola.

Trata-se de “um regime temporário sujeito a reavaliação face à conjuntura económica nacional e internacional”, salvaguarda o parlamentar social-democrata, Bruno Belo, à saída de uma reunião com a direção da Federação Agrícola dos Açores, em que participaram também os deputados Alberto Ponte e Marco Costa.

Segundo Bruno Belo, “esta medida será para aplicar no decurso do presente ano, abrangendo produtores de leite cru, produtores de carne (bovino, suíno e aves) e produtores de hortícolas e frutícolas, estendendo-se aos cônjuges dos produtores que com eles exerçam, de forma efetiva e regular, atividade profissional na exploração”.

O social-democrata salienta ainda que “é imperioso criar mecanismos de curto prazo que permitam atenuar o problema que atualmente o setor está a atravessar, sem prejuízo da implementação de estratégias de desenvolvimento e sustentabilidade da agropecuária nos Açores que, conjugadas com as políticas nacionais e europeias, terão impacto no médio e longo prazo”.

Esta isenção – parcial ou total – é um mecanismo que já se encontra previsto no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, podendo ser adotada sempre que se verifiquem “fenómenos de gravidade económica ou social”, desde que previamente autorizada por resolução do Conselho de Ministros.

Recorde-se que já em 2015 e 2016, o Governo da República aplicou uma medida idêntica, abrangendo na altura os setores da produção de leite e de carne de suíno, atendendo às “dificuldades que então enfrentavam”.

“A criação de um regime temporário de isenção total ou parcial do pagamento de contribuições para a Segurança Social permitirá aliviar os encargos crescentes que os produtores de leite, carne, hortícolas e frutícolas têm vindo a suportar, o que beneficiará também os consumidores ao evitar uma escalada nos preços dos alimentos”, concluiu.



## BOLIEIRO COM ESPERANÇA NA RETOMA DO TURISMO NOS AÇORES



O presidente do Governo Regional dos Açores afirmou que tem “esperança” na retoma turística da região no próximo verão, apesar do tempo de “incerteza” provocado pela guerra na Ucrânia.

Após uma audiência com o embaixador da Alemanha, Martin Ney, dia 16, na sede da presidência regional, em Ponta Delgada, José Manuel Bolieiro expressou o “desejo” de que no próximo verão “haja uma retoma” do turismo no arquipélago.

“Temos esperança relativamente a esta retoma. Não posso ter, neste tempo de muitas incertezas, qualquer certeza sobre os resultados”, afirmou aos jornalistas.

O líder do executivo regional disse esperar que a região “regresse aos melhores resultados de sempre” nos indicadores turísticos, referindo-se aos números de 2019, quando os Açores ultrapassaram as três milhões de dormidas.

“Que 2022 seja um arranque de retoma positiva para regressar aos melhores resultados de sempre, que, naturalmente, foram os de 2019. Mas obviamente que queremos fazer isso em progresso”, declarou.

Bolieiro ressaltou que os fluxos turísticos na próxima época alta são uma “incógnita” devido à guerra na Ucrânia.

“É sempre uma incógnita. Por um lado, até pode ser uma vantagem competitiva, uma vez que estamos num território distante do cenário e do teatro de guerra. Mas, por outro lado, também pode ser inibidor pelo facto de estarmos numa guerra na Europa”, afirmou.

O líder do executivo enalteceu ainda a presença dos Açores na Bolsa de Turismo na Lisboa (BTL), considerando tratar-se de uma presença “absolutamente essencial” para promover a região como “destino turístico para a retoma pós-pandémica”.

“A ausência da região numa feira com essas características como é a BTL seria imperdoável. Não podíamos senão marcar presença na BTL Lisboa e muito fortemente em particular quando estamos a procurar uma retoma das atividades e de todos os negócios”, assinalou.

A propósito da audiência com o embaixador da Alemanha, Bolieiro destacou que o governo açoriano quer promover a região como “uma ideia de desenvolvimento sustentável”, considerando que os “alemães têm especial sensibilidade” para as questões ambientais.

Martin Ney elogiou a taxa de vacinação contra a covid-19 nos Açores, um fator “importante para as pessoas visitarem as ilhas maravilhosas”.

“Ambos partilhamos a convicção de que a afinidade pela natureza é um ponto forte para atrair turismo para os Açores”, afirmou.

# PSD/AÇORES DESTACA AUMENTO DE 11% DA QUOTA DE GORAZ POR AÇÃO DO GOVERNO REGIONAL

O deputado do PSD/Açores Jaime Vieira destacou, dia 17, o aumento da quota de goraz para 666 toneladas por ação do Governo Regional junto das instâncias europeias, o que representa um reforço de 11% face ao ano passado.

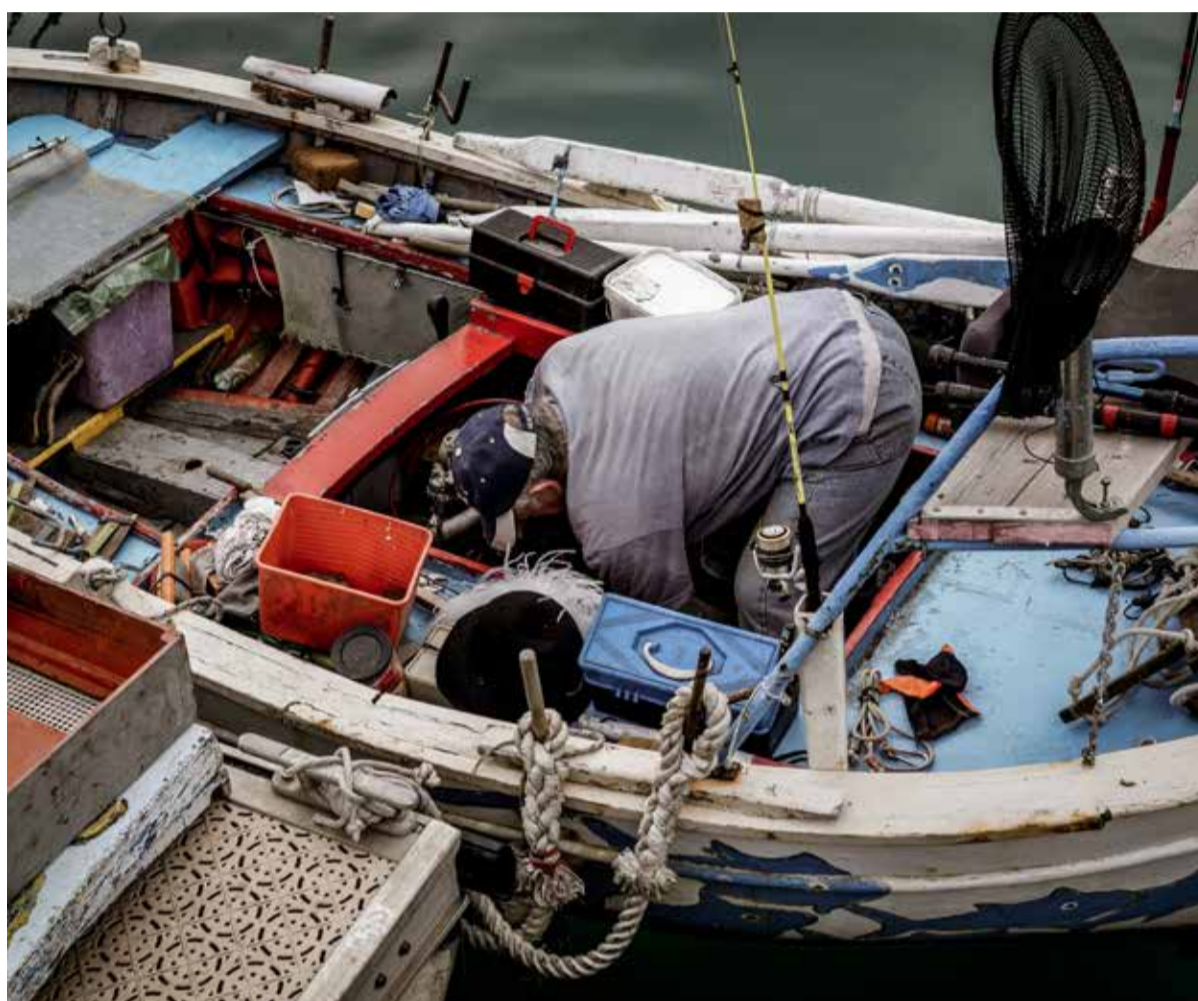
“Esta boa notícia para os pescadores açorianos só é possível devido ao empenho do Governo dos Açores na defesa do sector e ao trabalho do Secretário Regional do Mar e Pescas, que possibilitou esta posição da Comissão Europeia”, afirmou o deputado social-democrata.

Segundo o parlamentar, “esta medida vai ao encontro das expectativas dos pescadores dos Açores, que assim têm possibilidade de aumentar significativamente os seus rendimentos através de uma gestão em corresponsabilização entre as diversas entidades envolvidas, para que sejam sempre os pescadores e o exercício de uma pesca sustentável a beneficiar de uma correta articulação entre todas as partes”.

“O grupo parlamentar do PSD/Açores associa-se assim a esta boa notícia para os Açores e para os pescadores e armadores açorianos, reforçando a contínua necessidade de prosseguir com políticas de verdadeira sustentabilidade no sector, numa relação de complementaridade entre a sustentabilidade económica e social”, referiu.

Jaime Vieira acrescentou que estes “bons resultados” obtidos pelo Governo dos Açores comprovam que “não têm razão de ser as tentativas constantes e recorrentes do PS de tentar desmerecer o trabalho do Executivo”.

“O Partido Socialista dos Açores procura insistentemente semear a discórdia entre os profissionais da pesca, julgando assim que prejudica o Governo Regional. Na verdade, o que o PS faz é prejudicar a boa gestão deste sector, pois olha apenas para os seus interesses político-partidários e não para o verdadeiro interesse da Região”, finalizou.



# MADEIRA INVESTE NA REABILITAÇÃO DO BLOCO OPERATÓRIO DO HOSPITAL DO FUNCHAL

O Governo da Madeira aprovou, dia 17, a empreitada de reabilitação do bloco operatório do Hospital Dr. Nélio Mendonça, no Funchal, no valor de 2,7 milhões de euros, indicando que a obra tem um prazo de execução de 180 dias.

A decisão foi tomada em Conselho do Governo Regional, que também autorizou a celebração de um protocolo entre o Instituto de Segurança Social da Madeira e a Causa Social – Associação para a Promoção da Cidadania, relativo ao financiamento de encargos com pessoal de enfermagem.

O executivo madeirense vai apoiar a Causa Social com cerca de 994 mil euros, para pagar aos enfermeiros dos estabelecimentos integrados de estrutura residencial para pessoas idosas.

O Governo Regional, liderado pelo social-democrata Miguel Albuquerque, decidiu, por outro lado, celebrar um contrato-programa com o SANAS-MADEIRA – Associação Madeirense para Socorro no Mar, no valor de 68 mil euros, processado em 10 prestações mensais de 6.800 euros.

O apoio visa garantir a “operacionalidade e o cumprimento” dos objetivos do SANAS, no âmbito do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira.

O Conselho do Governo Regional autorizou ainda a celebração de um protocolo com o CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

## RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



## SECÇÕES

## BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os Militantes do Partido Social Democrata, da Secção de Barcelos, para reunirem em Plenário ordinário, no próximo dia 4 de abril (segunda-feira) de 2022, pelas 21H00, no Hotel Bagoeira, sita na Avenida Dr. Sidónio Pais, Barcelos, com a seguinte

## ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política/partidária;
2. Marcação de eleições/Secção;
3. Outros assuntos.

## FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e dos Regulamentos do PSD aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Felgueiras, para reunir no próximo dia 29 abril (sexta-feira) de 2022, na Sede Concelhia, sita na Rua Luís de Camões r/c - Loja, em Felgueiras com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção

1. Eleição da Mesa de Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: urnas estarão abertas entre as 20H00 e as 23H00.

As candidaturas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia ou a quem legalmente o substitua, até às 24:00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede da concelhia.

## PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 31 de março de 2022, (quinta-feira) pelas 21H00, no Auditório da Freguesia de Paranhos (Auditório Horácio Marçal), sita na Rua Álvaro Castelões, número 811, Porto, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

Nota: Nos termos do disposto pelo art.º 69º dos Estatutos, se à hora marcada para o início da reunião da Assembleia não se verificar de mais de metade dos militantes da Secção, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião terá início trinta minutos depois, com o número de militantes presentes.

## CONVOCATÓRIAS DA JSD

## RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



## IV CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o IV Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 02 de abril de 2022, (sábado), pelas 16h, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, sita na Av. Dr. Francisco de Sá Carneiro 17, 2780-241 Oeiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da Ata 2 e 3;
- 2 – Balanço das Eleições Legislativas 2022;
- 3 – Análise da Situação Política;
- 4 – Outros Assuntos.

## NÚCLEO LITORAL – PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo Litoral – Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 26 de Abril de 2022, pelas 14:00, no Salão Nobre da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, sita na Rua do Campo Alegre, 244, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo Litoral – Porto - Eleição da Comissão Política do Núcleo Litoral – Porto

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no Salão Nobre da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, sita na Rua do Campo Alegre, 244, Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 14h e as 16h.